

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO
Documentos Catalogados no Período de 01/07/2020 a 31/07/2020

LEIS FEDERAIS

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.019, de 2 de julho de 2020.](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.020, de 6 de julho de 2020.](#)

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.021, de 7 de julho de 2020.](#)

Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.022, de 7 de julho de 2020.](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL. [Lei Ordinária nº 14.023, de 8 de julho de 2020.](#)

Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

DECRETOS FEDERAIS

BRASIL. [Decreto nº 10.422, de 13 de julho de 2020.](#)

Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 15.829, de 2 de julho de 2020.](#)

Dispõe sobre a operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e destes entre si, de que tratam a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e o Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. (Processo nº 10133.100215/2020-20).

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 16.655, de 14 de julho de 2020.](#)

Disciplina hipótese de reconstrução nos casos de rescisão sem justa causa, durante o estado de calamidade pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (Processo nº 19965.108664/2020-06).

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. [Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020.](#)

Dispõe sobre os procedimentos administrativos para o registro de entidades sindicais pelo Ministério da Economia. (Processo nº 19964.103497/2020-17).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Brasil Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Portaria nº 119, de 29 de julho de 2020.](#)

Institui o Fórum de Discussão Permanente de Gestão da Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 323, de 7 de julho de 2020.](#)

Altera a Resolução CNJ nº 135/2011, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020.](#)

Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Resolução nº 326, de 26 de junho de 2020.](#)
Dispõe sobre alterações formais nos textos das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). [Ato nº 287, de 13 de julho de 2020.](#)
Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho (TST). Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho (CGJT).
[Recomendação nº 9, de 24 de julho de 2020.](#)
Recomenda aos Tribunais Regionais Trabalho a tomada de medidas acerca da disponibilidade de recursos identificados pelo projeto garimpo no âmbito da Justiça do Trabalho e outras providências, em face da pandemia do COVID-19.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Escola Judicial (EJUD4). [Ato Conjunto nº 2, de 30 de junho de 2020.](#) Altera o Ato Conjunto nº 01/2015, que dispõe sobre a remuneração de docentes na Escola Judicial do TRT da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho. [Portaria Conjunta nº 2.715, de 13 de julho de 2020.](#)
Altera a Portaria Conjunta GP.GCR.TRT4 nº 1.770, de 28 de abril de 2020, que dispõe sobre a manutenção de medidas restritivas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e a retomada do curso dos prazos processuais e das audiências no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, e dá outras providências.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). Corregedoria Regional da Justiça do Trabalho. [Portaria Conjunta nº 2.717, de 13 de julho de 2020.](#)
Altera a Portaria Conjunta GP.GCR.TRT4 nº 1.268, de 20 de março de 2020, que institui os regimes de plantão extraordinário e de trabalho remoto integral e compulsório em todas as unidades judiciárias e administrativas da Justiça do Trabalho da 4ª Região, dispõe sobre a prorrogação do período de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.

Brasil Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 2.640, de 4 de julho de 2020.](#)
Altera as Portarias nºs 7.467/2019 e 7.468/2019, que regulamentam o uso e o funcionamento do sistema Proad-Ouv e do Portal Proad (portal externo), respectivamente, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 2.691, de 9 de julho de 2020.](#)
Estabelece os procedimentos relativos ao serviço de Achados e Perdidos no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Portaria nº 2.838, de 22 de julho de 2020.](#)

Altera a Portaria nº 1.997/2015 para incluir nova atribuição à Comissão de Gestão Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 14, de 20 de julho de 2020.](#)

Dispõe sobre o regime de solidariedade na análise dos processos pendentes de julgamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 15, de 24 de julho de 2020.](#)

Revoga a Resolução Administrativa nº 14/2020, que dispõe sobre o regime de solidariedade na análise dos processos pendentes de julgamento no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 16, de 27 de julho de 2020.](#)

Altera a Resolução Administrativa nº 02/2020, que dispõe sobre a aferição do merecimento para a promoção de magistrados em 1º grau e o acesso ao 2º grau no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 17, de 27 de julho de 2020.](#)

Altera a Resolução Administrativa nº 09/2018, que instituiu, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, o ambiente eletrônico não presencial de julgamento de processos.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (Região, 4ª) (TRT4). [Resolução Administrativa nº 18, de 27 de julho de 2020.](#)

Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais no dia 1º de julho de 2020, nas unidades judiciárias de primeiro e segundo graus da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

DECRETOS ESTADUAIS

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.346, de 6 de julho de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.347, de 6 de julho de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.361, de 13 de julho de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.368, de 17 de julho de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.370, de 20 de julho de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.383, de 27 de julho de 2020.](#)

Determina a aplicação das medidas sanitárias segmentadas de que trata o art. 19 do Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual.

RIO GRANDE DO SUL. [Decreto nº 55.384, de 27 de julho de 2020.](#)

Altera o Decreto nº 55.240, de 10 de maio de 2020, que institui o Sistema de Distanciamento Controlado para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual e dá outras providências.
